

# *Superior Tribunal de Justiça*

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.303.900 - RS (2012/0015418-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**EMBARGANTE** : **BANCO ABN AMRO REAL S.A**  
**ADVOGADOS** : **JEFERSON ANTÔNIO ERPEN E OUTRO(S) - RS035176**  
: **LUIZ CARLOS STURZENEGGER - DF001942A**  
**ADVOGADA** : **LIVIA BORGES FERRO FORTES ALVARENGA - DF024108**  
**EMBARGADO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PROCURADOR** : **LUIZ FERNANDO CALIL DE FREITAS - RS018829**

## **EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. COBRANÇA DA TARIFA DE "LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DE DÉBITO". POSSIBILIDADE NO PERÍODO ANTERIOR À ENTRADA EM VIGOR DA RESOLUÇÃO CMN N. 3.516/2007, DESDE QUE EFETIVAMENTE CONTRATADOS E PRESTADOS. EMBARGOS ACOLHIDOS.

## **DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por Banco ABN Amro Real S.A. à decisão de fls. 766-781 (e-STJ), que deu parcial provimento ao seu recurso especial, para declarar a legalidade da cobrança da taxa de liquidação antecipada nos contratos realizados de 6/9/2006 a 6/12/2007, determinando a devolução de forma simples dos valores cobrados indevidamente, mantidos os demais termos do acórdão recorrido.

Alega a existência de erro material e contradição no julgado, porquanto, ao se basear na atual jurisprudência da Corte sobre a controvérsia que constitui os presentes autos, sedimentada com o julgamento do REsp n. 1.392.449/DF, Relator o Ministro Marco Buzzi, Segunda Seção, DJe de 2/7/2017, caberia à decisão "dar parcial provimento ao recurso especial interposto pelo Banco para admitir a cobrança da TLA até 6/12/2007, quando entrou em vigor a Resolução n. 3.516/2007, inclusive durante a vigência da Resolução CMN n. 2.303 de 1996" (e-STJ, fl. 789).

Impugnação apresentada às fls. 796-798 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

# *Superior Tribunal de Justiça*

De fato, conforme foi assinalado por esta Corte Superior no julgamento do REsp n. 1.392.449/DF, Relator o Ministro Marco Buzzi, Segunda Seção, DJe de 2/7/2017, ao tempo da Resolução n. 2.303/1996 que disciplinava, genericamente, acerca da "cobrança de tarifas pela prestação de serviços por parte das instituições financeiras", a orientação estatal quanto à cobrança de tarifas pelas instituições financeiras era essencialmente não intervencionista, ou seja, a regulamentação facultava às instituições financeiras a cobrança pela prestação de quaisquer tipos de serviços, com exceção daqueles que a norma definia como básicos, desde que fossem efetivamente contratados e prestados ao cliente, assim como respeitassem os procedimentos voltados a assegurar a transparência da política de preços adotada pela instituição.

Portanto, durante a vigência da Resolução CMN n. 2.303/1996 era lícita a cobrança pela prestação de quaisquer tipos de serviços pelas instituições financeiras, entre eles o de liquidação antecipada de operação de crédito, desde que efetivamente contratados e prestados e, somente com o advento da Resolução CMN n. 3.516, de 10/12/2007, é que foi expressamente vedada a cobrança de tarifa em decorrência de liquidação antecipada de contratos de concessão de crédito e de arrendamento mercantil financeiro.

Logo, faz-se necessário reconhecer a viabilidade da cobrança da tarifa de liquidação antecipada de contrato, desde que expressamente prevista nos contratos entabulados até a data da entrada em vigor da Resolução n. 3.516/2007, ou seja, para as operações de crédito e arrendamento mercantil contratadas antes de 10/12/2007 podem ser cobradas tarifas pela liquidação antecipada no momento em que for efetivada a liquidação, desde que a cobrança dessa tarifa esteja claramente identificada no extrato de conferência.

Da maneira como constou da decisão embargada, a legalidade da cobrança estaria restrita ao período compreendido entre 6/9/2006 e 6/12/2007, sendo, em consequência, ilegal sua incidência nos demais períodos, contrariando o que foi assinalado no precedente mencionado acima.

Desta forma, acolho os presentes embargos de declaração e, sanando a contradição apontada, dou parcial provimento ao recurso especial para reconhecer a

# *Superior Tribunal de Justiça*

legalidade da cobrança da taxa de liquidação antecipada, não apenas para os contratos realizados de 6/9/2006 a 6/12/2007, mas, em relação àqueles celebrados até a data da entrada em vigor da Resolução n. 3.516/2007, determinando a devolução de forma simples dos valores cobrados indevidamente, mantidos os demais termos do acórdão recorrido.

Publique-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.



MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator